

# XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



## MIGRANTES CLIMÁTICOS EM RIO PARDO-RS: EFEITOS DA ENCHENTE DE 2024 NAS COMUNIDADES ESCOLARES DO BAIRRO RAMIZ GALVÃO

Fernanda Machado Pereira

*Universidade de Santa Cruz do Sul*

Eixo 02 - Diversidade, inclusão, interseccionalidades e Educação

As fortes chuvas e alagamentos que assolaram o estado do Rio Grande do Sul (RS) entre os anos de 2023 e 2024, foram testemunhados por todos em nosso estado. Como cidadã rio-pardense, originária do bairro Ramiz Galvão (o mais afetado pelas enchentes de 2024 no município), fui provocada sobre a situação dos alunos das escolas da região diante do impacto das enchentes em suas vidas. O bairro Ramiz Galvão possui três (3) escolas de educação infantil (EMEI Cantinho Feliz, EMEI Zé Carioca e EMEI Cebolinha), duas (2) escolas de ensino fundamental (EEEF Nossa Senhora Aparecida e EEEF Ramiz Galvão) e uma escola de ensino médio (EEEM Barro Vermelho). Utilizando dados do Censo Escolar de 2023, os educandários atendem somados um público de 958 alunos. A localidade foi uma dos dez bairros mais atingidos pela última grande enchente ocorrida na cidade (entre os dias 01/05/2024 até 16/05/2024). Com mais de 3.323 habitantes (IBGE, 2023), parte de sua população configura as mais de 15,5 mil pessoas atingidas diretamente na ocasião da última grande enchente no município de Rio Pardo (Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 2024).

A cidade de Rio Pardo-RS é cercada pelas águas de dois rios, o rio Jacuí e o rio Pardo. Durante a grande enchente de 2024, mais de um terço das localidades ribeirinhas do município ficaram embaixo d'água. Um total de 3.641 edificações, nos bairros: Boa Vista, Bom Fim, Fortaleza, Guerino, Jardim Boa Vista, Nossa Senhora do Rosário, Ramiz Galvão, São João, São Jorge, Santa Vitória e Porto Ferreira. A população de Ramiz Galvão foi a mais afetada (Trezzi, 2024). Durante dias, as principais rotas de acesso ao município ficaram embaixo d'água, sendo a distribuição de água potável e luz elétrica normalizadas apenas após o fim da enchente. Considerando as contínuas quedas e racionamentos de luz e água, pelas quais sofreram as comunidades nos dias subsequentes ao fim do alagamento (Tâmbara; Trezzi, 2024), muitas famílias até hoje enfrentam problemas estruturais em suas comunidades e dificuldades materiais para recuperar habitações, móveis, veículos e bens pessoais perdidos. Algumas famílias decidiram migrar para outras localidades, muitas retornaram ainda com esperança de recuperação.

Neste trabalho, proponho pensar os “migrantes climáticos” produzidos pela grande enchente de Rio Pardo, tendo como objeto as comunidades escolares de seu bairro mais atingido, Ramiz Galvão. Pode-se dizer que existem diversas formas de migração. São elas: a migração assistida, circular, clandestina, migração de retorno, coletiva ou em massa e a individual, a espontânea e a

forçada, a migração regular e irregular, a migração interna e a internacional, a laboral, a secundária e a migração total ou líquida.

No caso de migrantes climáticos, esses deslocamentos ocorrem por diferentes tipos de desastres, seja por meio de seca, desertificação, tempestades extremas, dificuldades na produção de alimentos, o que faz com que muitos migrem não apenas de um país para outro mas também dentro de seu próprio país. É o que vem acontecendo no RS por exemplo, desde as enchentes. Muitas pessoas têm realizado mudanças de um bairro ao outro ou para cidades vizinhas. Mas, em contrapartida, não são todas as pessoas que conseguem mudar de bairro ou cidade. Elas tem que voltar para seus lares pois a situação econômica não permite que elas façam alterações de endereço.

Pois bem, minha problemática de análise considera as práticas de subjetivação dos indivíduos da região. No caso, como se constituem as práticas de subjetividade migratória em meio ao governo populacional biopolítico do capitalismo neoliberal. No modo como são subjetivadas as comunidades e/ou as pessoas migrantes na sociedade. Isso feito, a partir das análises de Michel Foucault (2008) sobre subjetivação, governamentalidade e biopolítica.

Em sua análise sobre o desenvolvimento do neoliberalismo contemporâneo, Foucault (2008) observou como as práticas de governo dos Estados-nação ocidentais, se organizaram em conjunto com as dinâmicas de gerenciamento populacional do capitalismo. As teorias e práticas econômicas do neoliberalismo teriam se desenvolvido em um contexto histórico no qual o governo das massas humanas, não mais estaria limitado às ordenações de uma jurisprudência estatal. Assim, o poder assume a forma de um biopoder, o qual estaria mais preocupado em “fazer viver” (ou seja, estimular específicas práticas sociais, desejáveis para a reprodução do sistema econômico posto) do que “fazer morrer”.

aqueles que lhe opunham o poder, isto é, tem-se “a tomada da ‘vida’ como objeto de agenciamento do poder” (Fonseca, 2000, p. 192).

Através disso se desenvolveram práticas econômicas de controle populacional pautadas na produção econômica, consumo e a disciplinarização de subjetividades para o mercado de trabalho. A análise das práticas de disciplinarização dos sujeitos no neoliberalismo levou Foucault a apresentar um entendimento dessa forma de governar economicamente: a governamentalidade. Sendo ela o “poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (Foucault, 2008, p. 145). Modo de governo não apenas pautado na implementação de códigos sociais, regimentos e leis, mas também interessado na produção de práticas sociais e subjetivas financeirizadas. É a constituição do que Foucault denominou de *homo economicus*:

O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro de troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de renda (2008, p. 310-311).

Pensarmos em uma biopolítica neoliberal, implica considerar os modos em que os jogos de poder

econômico buscam produzir específicas formas de viver. Nesse contexto de governamento neoliberal, as vivências migratórias de grupos e sujeitos, enfrentam modos de exclusão ou abandono das forças produtivas. Por não estarem no seu “lugar”, e por vezes por não se adequarem ao seu novo “lugar”, constituem subjetividades indesejáveis para as práticas econômicas locais. A situação dos migrantes no mundo contemporâneo apresenta diversos desafios humanitários, econômicos e sociais. Isso pois, nem sempre a migração de um grupo ou sujeito, de um lugar para outro (entre continentes, países, regiões, municípios etc.), é resultado de uma escolha livre. Certamente, a esperança de uma melhor situação de vida influencia no lugar de destino escolhido, porém, a decisão pela migração, muitas vezes é fruto de pressões sociais, políticas, econômicas e climáticas insuperáveis nos lugares de origem destas pessoas. De acordo com Kraller, Katsiaticas e Wagner:

A migração forçada de forma lenta ocorre quando o deslocamento é motivado pela falta de condições de vida das pessoas que se encontram afetadas e num estado em que já não é possível beneficiarem de uma qualidade de vida digna e adequada como consequência prolongada de períodos de seca ou chuva intensa, erosão dos solos ou subida do nível médio do mar (minha tradução) (2020, p. 23).

Existem várias formas e motivos para a migração. No caso específico de nosso objeto de análise, podemos pensar na população das regiões mais atingidas pela enchente de 2024, como migrantes climáticos. Sendo que estes podem ser divididos nas seguintes categorias: 1º - aqueles que saíram de suas casas, mas foram buscar moradia em outros bairros da mesma cidade; 2º - aqueles que se mudaram para outras cidades; 3º - aqueles que continuaram habitando os mesmos locais com esperança de que nova tragédia não volte a acontecer. No caso dos últimos, dentro de uma possível mudança futura em caso de novo desastre como este acontecer, podemos chamá-los também de potenciais migrantes climáticos.

Estas condições variadas podem fazer com que os migrantes se mudem muitas vezes, e sem vontade de deixar seus lugares de pertencimento. Tanto em casos de desastres naturais e/ou climáticos, como em meio a conflitos civis ou guerras, migrantes muitas vezes abandonam seus lares (ou país) sem ter tempo ou capacidade de levar suas posses consigo. Sendo, “lar” aqui entendido como sinônimo de bem estar e relacionado diretamente com as noções subjetivas de pertencimento emocional de lugar e família. Meu “lugar”, minha “casa”, não apenas sendo um território, mas uma cultura, um contexto e específicas relações sociais. Contudo, o discurso neoliberal de empreendedorismo de si, por vezes, nega a realidade dos fracassos econômicos pessoais e sociais de comunidades fragilizadas. No caso das vítimas das enchentes, observamos na cobertura midiática sobre histórias de “superação”, do voluntariado como mais importante que as ações do Estado (“o povo pelo povo!”), de que o caminho para recuperação econômica destas pessoas seria a fé, o sentimento de “força de vontade”, de que basta querer e trabalhar, se esforçar mais, para assim retomar e reconstruir suas vidas.

Consequentemente, é aqui que também surgem as migrações como solução face a uma “capacidade de superação” que já se encontra, por si só, num estado frágil e vulnerável perante os acontecimentos ocorridos. Esta possibilidade de deslocação, adotando a característica de migração climática, surge como um incentivo para encarar a migração como uma forma de adaptação, ajudando os indivíduos e comunidades mais afetadas a criar resiliência perante estas adversidades incontroláveis (Carvalho, 2023, p. 22).

As instituições escolares, especialmente as escolas públicas, estão integradas neste contexto biopolítico de gerenciamento populacional das subjetividades migratórias. No caso, dos migrantes climáticos produzidos pelas enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, os núcleos escolares de muitas regiões foram ponto de diversas ações de acolhimento emergencial e reestruturação posterior destas comunidades. Ginásios de escolas foram usados como abrigo provisório, salas de aula adaptadas para receberem famílias desabrigadas, etc. Algumas escolas se tornaram núcleos de voluntários, de estoque e distribuição de recursos, e mesmo quando afetadas

diretamente, muitas escolas retornaram ao seu funcionamento regular assim que estabelecidas as estruturas básicas para funcionamento.

Isso pois, como institucionalidade, elas são parte das estratégias de governo populacional biopolítico. Como coloca, Henning e Ferraro:

Aquela pergunta clássica de um Projeto Político Pedagógico tem sua aderência aqui: “qual sujeito queremos formar?” Essa parece ser uma pergunta das mais proeminentes no interior da escola, mas que não se produz atrelada a seus muros, senão articulada com as demandas de um tipo de Estado. A escola, como instituição governamental – seja de competência pública ou privada, pois ambas respondem às determinações do Estado –, define, sob suas diretrizes, que sujeito é esse que deve ser transformado ao ingressar na instituição. Ela, na qualidade de um direito do cidadão e um dever do Estado, produz verdades e sentidos para a fabricação de escolares, articulados ao tipo de sociedade que se quer e em que se vive (2022, p. 08).

As escolas em suas práticas cotidianas de compulsórias, além de direito social, também se constituem como dispositivos de captura de vivências da massa populacional. Através de seus ordenativos ela molda condutas e ordena destinos para específicos fins.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Enchentes; migrantes; Rio Pardo; Ramiz Galvão.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ana Carolina S.M. **Refugiados Ambientais ou Migrantes Climáticos?** a ausência de uma definição internacional. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, p. 103, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO. **Dez bairros da área urbana foram atingidos pela enchente.** Rio Pardo, 23 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/2672/dez-bairros-da-area-urbana-foram-atingidos-pela-enchente/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

HENNING, Paula Corrêa; FERRARO, José Luís. A Relação escola-estado: provocações de Nietzsche e Foucault para pensarmos nossa atualidade. **Educação em Revista**, v. 38, e22033, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469822033>. Acesso em: 17 nov. 2024.

KRALER, Albert; KATSIAFICAS, Caitlin; WAGNER, Martin. **Climate Change and Migration: Legal and policy challenges and responses to environmentally induced migration**. European Parliament's Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs, 2020.

FONSECA, Márcio Alves. "Fazer viver e deixar morrer": as sociedades modernas e a tipologia de seus poderes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n° 44, p. 188-193, 2000. Disponível em:<https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300013>. Acesso em: 17 nov.2024.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.